

**Anais do 6º Interprogramas de Mestrado  
da Faculdade Cásper Líbero  
(São Paulo, SP, 5 e 6 de novembro de 2010)  
ISSN: 2176-4476**

---

**Texto original como enviado pelo/a autor/a**

---

**DA FORMAÇÃO DE REDES À ESFERA PÚBLICA NA INTERNET**

Uma abordagem histórica do surgimento de comunidades online como auxiliar a reflexão sobre o potencial de formação de uma esfera pública interconectada.

**Nara Tsujimoto Teixeira Alves<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo faz um recorte da história da internet desde 1969, com a criação da Arpanet, e traça um paralelo com a formação das redes cívicas e com o uso dos espaços online para deliberação pública. O artigo relaciona o conceito de esfera pública de Jürgen Habermas, as ideias sobre economia da informação em rede de Yohai Benkler, auxiliado pela pesquisa de Rousiley Maia sobre formação de um ambiente de deliberação na internet. A abordagem histórica está balizada em entrevistas realizadas pela pesquisadora a partir das referências citadas no trabalho de Manuel Castells.

**Palavras-chave:** internet; redes sociais; esfera pública; história da internet, espaço público interconectado; comunidades online; deliberação pública; redes cívicas.

**Introdução**

A fim de melhor estudar a constituição da esfera pública virtual no contexto brasileiro, considero importante jogar luz sobre fatos históricos relevantes à minha pesquisa em andamento na Faculdade de Comunicação Cásper Líbero. Este artigo, em

---

<sup>1</sup> Mestranda na Faculdade de Comunicação Cásper Líbero. E-mail: nara\_alves@hotmail.com

que realizo um recorte histórico e teórico sobre o tema, é fruto deste desejo de expor minhas escolhas conceituais.

O objetivo final da pesquisa é contribuir com os estudos sobre o potencial da internet no fortalecimento da democracia participativa. Para tanto, trabalharei com o conceito de esfera pública de Jürgen Habermas a partir de sua revisão nos anos de 1996 e 1997, com a recente pesquisa de Rousiley Maia, da Universidade Federal de Minas Gerais, com o clássico de Manuel Castells "A Galáxia da Internet" e com entrevistas que fiz virtualmente com personagens importantes na história da internet citados por Castells, que em seu livro afirma que essas novas tecnologias transformam a dimensão política de nossas vidas e classifica o potencial da internet como "extraordinário".

A internet encerra um potencial extraordinário para a expressão dos direitos dos cidadãos e a comunicação de valores humanos (...) coloca as pessoas em contato numa *ágora* pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças. (Castells)

Embora haja este potencial "extraordinário" na internet, a expressão das pessoas nesta esfera pública em um âmbito significativo numericamente e qualitativamente depende de diversos fatores como o acesso à rede, à educação, a computadores, o interesse político, a liberdade política, o desprendimento, a desinibição, o conhecimento técnico para participar e colaborar. No Brasil, esta *ágora* ainda é majoritariamente um território elitista, embora este quadro venha mudando ano a ano.

Outro importante teórico que balizará este artigo é Yohai Benkler e sua obra *The Wealth of Networks*. Como diz Benkler, a revolução da internet é estrutural e oferece a oportunidade de aumentar a liberdade individual, melhorar os meios de participação democrática, ter uma sociedade mais autocrítica, uma economia da informação para melhorar o desenvolvimento humano por meio da ação individual descentralizada. O indivíduo pode ter sua autonomia aumentada e, talvez no longo prazo, o ambiente público possa sair do controle exclusivo da mídia. Além disso, os custos são reduzidos.

Benkler propõe que a economia da comunicação seja feita fora da mídia de massa, da informação comercial, já que o custo é menor e a arquitetura da rede é diferente. Essa mudança poderia consertar velhos problemas da mídia de massa, como a

pouca abrangência de assuntos abordados (*agenda setting*), a concentração do poder a poucos e muito poder aos donos do veículo, além da dependência econômica de anúncios e de audiência. Eu acredito, no entanto, que o papel social da mídia de massa ainda seja primordial, especialmente no Brasil. Questões como credibilidade, visibilidade (audiência), do poder de investigação (profissionalismo) e o fato de ser uma esfera pública sem governo devem ser levadas em consideração. Além disso, acredito que a maioria dos brasileiros ainda tenha essa cultura passiva, que espera do governo e da mídia as diretrizes para sua conduta política.

De acordo com Manuel Castells<sup>2</sup>, a internet permite descentralizar os meios de comunicação em massa e “inserir a questão técnica no porvir da democracia”. A internet, mesmo sofrendo cada vez mais interferências à livre comunicação, é o meio de comunicação local-global mais livre que existe, permitindo descentralizar os meios de comunicação em massa. Essa democracia participativa e seu potencial poder de transformação social e renovação política via internet podem ser uma mera “utopia tecnológica”.

### **As comunidades no embrião da internet**

A formação de comunidades online está intimamente ligada ao próprio surgimento da internet. Em setembro de 1969, pesquisadores universitários e de uma agência ligada ao departamento de Defesa dos Estados Unidos chamada Arpa (Advanced Research Projects Agency) criaram a Arpanet, a primeira rede de computadores do mundo. Apesar do vínculo militar, a criação da Arpanet se deu em um ambiente colaborativo e relaxado do ponto de vista da segurança. “Não havia absolutamente nenhuma influencia militar no meu trabalho. É verdade que o financiamento veio da Arpa, do Departamento de Defesa, mas a verba era destinada à pesquisa de tecnologia”, relata<sup>3</sup> o professor emérito Leonard Kleinrock, da Universidade da Califórnia (UCLA), onde foram feitas as primeiras conexões. Kleinrock diz que inicialmente a rede era usada apenas para acessar outros computadores da Arpanet. “Nós estávamos ocupados desde o primeiro dia medindo o comportamento e a capacidade da rede até seu limite. A possibilidade de conversar veio só depois”.

---

<sup>2</sup> CASTELLS, Manuel (2003)

<sup>3</sup> Em entrevista concedida em inglês à pesquisadora por email em janeiro de 2010. Tradução livre.

O passo seguinte foi tornar possível a conexão entre a Arpanet e outras novas redes acadêmicas, ou seja, formar uma rede de redes. Para isso, era preciso padronizar a arquitetura básica. Assim, entre os anos de 1973 e 1975, um grupo liderado pelo cientista da computação Vint Cerf, hoje diretor do Google, desenvolveu o protocolo TCP/IP, padrão em que a internet opera atualmente. Um fator que possibilitou a popularização da internet foi a criação da World Wide Web. Esse sistema foi criado pelo físico inglês Tim Berners-Lee em 1990. Ele trabalhava no Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN) e recebeu a tarefa de criar um sistema que facilitasse o compartilhamento de informações entre os pesquisadores da instituição. A solução de Berners-Lee foi a Web. Ele inventou o primeiro navegador e todo o sistema de localização de endereços eletrônicos, as chamadas URLs, o protocolo HTTP e a linguagem HTML. A partir do CERN, a WWW foi gradualmente sendo adotada por outras instituições acadêmicas e, posteriormente, se espalhou por todo o mundo.

A vocação da internet para formação de comunidades e o potencial para promover a participação de indivíduos possibilitou o surgimento de ações coletivas paralelas às ações do mercado, como o movimento de código aberto, que propunha um modelo alternativo de desenvolvimento de software. Todo software produzido sob esse modelo deveria permitir que qualquer usuário pudesse modificá-lo e aprimorá-lo. Era um modelo oposto ao de boa parte das empresas de software que vendem programas “fechados”. Esses programas não podem ser modificados pelos usuários. O principal nome do software livre é até hoje o americano Richard Stallman, criador do projeto GNU (um sistema operacional de código aberto) e da Fundação do Software Livre (Free Software Foundation). Em 1991, com princípio do código aberto em mente, o estudante finlandês Linus Torvalds criou os componentes essenciais de um sistema operacional completo. Ele usou algumas das ferramentas do projeto GNU para completar o software e o distribuiu gratuitamente, com o nome de Linux. O Linux até hoje conta com uma grande comunidade de desenvolvedores que trabalham de forma colaborativa para manter e atualizar o sistema.

No Brasil, o surgimento da web remete ao AlterNex, determinante para que 64 milhões de brasileiros tivessem hoje acesso à internet. O AlterNex foi o primeiro provedor brasileiro. Quem liderou o projeto que seria o embrião da internet no Brasil foi o engenheiro naval Carlos Afonso, co-fundador do Instituto Brasileiro de Análises

Sociais e Econômicas (Ibase), ao lado do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. “A partir de 1989, o projeto AlterNex passou a receber um forte apoio das Nações Unidas. O Pnud (programa de desenvolvimento da ONU) facilitou a importação de equipamentos que nem a Telebrás conhecia”, diz<sup>4</sup> Afonso. Naquele ano vigorava no Brasil a Lei de Informática, de outubro de 1984, que impediu investimentos estrangeiros e importações nessa área por mais de 10 anos. “Quando chegou a ECO-92, houve uma série de pedidos de entidades civis do Brasil e do exterior que queriam ter acesso aos documentos da cúpula, mesmo não estando no Rio”. Com isso, a equipe do AlterNex conseguiu a autorização do governo para conectar a Rede Nacional de Pesquisa diretamente com os Estados Unidos. Foi aí que o Brasil deu seu primeiro grande salto online. “A ECO-92 viabilizou politicamente que a internet no Brasil começasse a funcionar como é hoje”, afirma Afonso, atualmente conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil e diretor-executivo da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits).

Até 1995, a internet brasileira continuava bastante restrita aos muros acadêmicos, embora pesquisadores já tivessem acesso a redes nos EUA desde 1987. Em 1990, o Ministério da Ciência e Tecnologia criou a Rede Nacional de Pesquisa, para criar uma infra-estrutura de serviços de internet com abrangência nacional. Somente em 1993 essa espinha dorsal de comunicação foi implantada e, em menos de dois anos, havia cerca de 400 instituições governamentais, de ensino e pesquisa ligadas em rede. Foi em 1995, ano de criação do Comitê Gestor da Internet, que o uso da internet no Brasil se expandiu para o cidadão comum. Nesse ano surgiram os primeiros provedores comerciais de acesso, muitos dos quais ainda em atuação no País.

Até 1998, a administração de todos os endereços na internet no mundo ficou a cargo de um só homem, o cientista Jon Postel, da Universidade da Califórnia do Sul. Após sua morte, o controle foi privatizado e passou a ser da Ican (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), que mantém a função até hoje. As vagas no Conselho Administrativo da Ican podem ser pleiteadas por qualquer pessoa do planeta que tenha conhecimento técnico. A medida é uma tentativa de tornar a administração da rede cada vez menos norte-americana. E mais global.

---

<sup>4</sup> Em entrevista concedida à pesquisadora em janeiro de 2010.

## **A internet na economia e na esfera pública**

Até o surgimento e popularização da internet, as sociedades modernas dependiam em grande escala de uma economia industrial. Nas últimas décadas, no entanto, a produção de informação passou a ganhar cada vez mais importância na economia mundial.

A mudança trazida pelo ambiente de informação em rede é profunda. É estrutural. Atinge as bases de como o mercado liberal e as democracias liberais evoluíram por quase dois séculos. (Benkler, 2006, p.1)

Benkler batizou este novo estágio de "economia da informação em rede", um novo estágio da chamada "economia da informação", em que a ação individual coordenada ganha força online. Para ele, educação, arte e ciência, debate político, e disputa teológica "sempre estiveram muito mais inseridos nas motivações e indivíduos fora do mercado do que, digamos, na indústria automotiva" (p.4). A internet surge, portanto, como o potencial de agregar as ações individuais em grande escala e, assim, enriquecer o ambiente em que estas pessoas estão inseridas com novas informações. Segundo Benkler, a economia de informação em rede melhora a capacidade prática de indivíduos em três dimensões: (i) melhora a capacidade de fazer mais por e para eles mesmos; (II) amplia a capacidade de fazer mais numa larga conexão com outros, sem ser constrangido a organizar sua relação através de um sistema de preço ou do tradicional modelo de hierarquia de organização social e econômica; (iii) melhora a capacidade de indivíduos de fazer mais em organizações formais que operam fora da esfera do mercado. (p.8). Otimista, Benkler sugere que a internet possibilita que o indivíduo se insira na esfera pública sem a mediação da mídia. Segundo ele, o custo zero da informação já existente e o declínio do custo da produção, "a capacidade humana se torna fonte fundamental para a economia da informação conectada" (p. 52)

A esfera pública conectada possibilita muito mais indivíduos a comunicar suas observações e pontos de vista para muitos outros, e para fazer isso de uma maneira não controlada pelos proprietários de mídia, e não facilmente corruptível pelo dinheiro como era a mídia de massa. (Benkler, 2006, p.10)

O pensamento de Benkler enfrenta, no entanto, muitas objeções. Entre os principais argumentos que vão contra a teoria de que a internet potencializa a existência de uma esfera pública interconectada está o chamado "efeito Babel". Isto é, quando todo mundo fala, ninguém fala, ninguém se entende. Além disso, a pulverização permite que poucos espaços concentrem quase toda atenção, enquanto milhões de pequenos espaços continuem na sombra, constituindo e fortalecendo a segregação, e não a integração.

Para compreender tais objeções, que serão citadas na parte final deste artigo, é importante, antes, esclarecer o conceito de esfera pública adotado, o de Jürgen Habermas, na revisão de 1997 de seu pensamento sobre o tema, que entre outras prerrogativas definiu:

Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. E a capacidade de elaboração dos próprios problemas, que é limitada, tem que ser utilizada para um controle ulterior do tratamento dos problemas no âmbito do sistema político. (Habermas, 1997, p. 91)

Isto é, Habermas prega que, para existir, a esfera pública deve ser uma ponte entre a sociedade civil e o Estado (p.107). Deve recepcionar as inquietações individuais, aglutinar pessoas e promover uma deliberação de qualidade sobre o tema, e levar o debate às autoridades estatais, que deverão dar continuidade à tentativa de solucionar o problema apresentado originalmente pelos indivíduos. Além disso, para Habermas, a esfera pública é o lugar em que os indivíduos não se restringem a observar-se mutuamente (p.93), mas procuram informar-se e argumentar de forma igual e respeitosa, por meio da linguagem, em prol do fortalecimento do processo de formação e divulgação de suas opiniões.

Apesar de não tratar especificamente da esfera pública na internet, Habermas faz uma tipologia de esferas públicas que inclui a episódica, a organizada, a abstrata e as especializadas. A abstrata pode ser considerada fruto da aceitação por Habermas da mídia como ator importante na esfera pública, capaz de articular a participação de indivíduos em um mesmo debate. Ele faz a ressalva de que a grande mídia também pode



ser um empecilho à deliberação por ser um produtor de informação com interesses próprios. Mesmo com essa ressalva, Habermas passa a entender a mídia como um grande fórum de deliberação pública.

Esse grande fórum de deliberação pública pode se estender à rede mundial de computadores que, como dito anteriormente, nasceu com a vocação de criação de redes e comunidades. Segundo Rousiley Maia, que estuda a esfera pública virtual sob luz do quadro teórico habermasiano, a comunicação por computador permite, diferentemente da comunicação mediada pela mídia, que

(i) qualquer sujeito possa tornar-se emissor; (ii) qualquer receptor possa tornar-se emissor e vice-versa; (iii) qualquer receptor possa transformar-se em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a por rede, ou simplesmente repassando informações produzidas por outro. (Maia, p.1)<sup>5</sup>

A internet tem o potencial de ampliar a esfera pública, mas a transposição da esfera pública para o espaço online não é automática, de acordo com Maia. Ela defende que, em "termos ideais", as desigualdades do mundo real seriam eliminadas pelo anonimato promovido pelo ciberespaço e promoveria a "universalidade do discurso".

Em termos ideais, a aproximação das condições de universalidade do discurso significa, em primeiro lugar, que não pode haver barreiras excluindo certas pessoas ou grupos do debate. (MAIA, p. 52)

Algumas das barreiras que podem atrapalhar o avanço da esfera pública em direção ao espaço virtual interconectado, segundo Maia, são: (i) o filtro e a edição do conteúdo impostos à circulação de mensagens em ambientes controlados ou moderados; (ii) a não identificação do indivíduo que busca informação e não está vinculado a algum debate; (iii) assimetrias entre os conectados e não conectados, como o analfabetismo e o acesso à tecnologia; (iii) dinâmica argumentativa passa a acontecer em diferentes redes de conversações simultâneas sem o objetivo de tomada de decisão; (iv) o Estado deve permanecer poroso aos atores sociais.

---

<sup>5</sup> Maia in: GOMES. Opinião pública na internet: uma abordagem ética das questões relativas à censura e liberdade de expressão na comunicação em rede, p.2



## **Conclusão**

A vocação histórica da internet em promover a comunicação virtual pode estimular a constituição de uma esfera pública interconectada. A internet promove, desde seus primórdios, encontros além da geografia, unindo interesses comuns como crenças, cultura, temperamento, propiciando a deliberação pública e política, que requer um ambiente com características muito específicas para o debate igual, tanto na vida real como na virtual. O ambiente virtual, no entanto, tem particularidades que alteram as características ideais desta participação. Isso não significa que a formação de uma esfera pública seja intrínseca à internet ou que o ambiente virtual impossibilite sua formação. Nem uma coisa nem outra. É preciso observar o ambiente virtual com todas as suas nuances e variáveis. Como demonstra sua própria história, a internet é capaz de unir pessoas com interesses comuns, mas também está sujeita à regulação e à lógica norte-americanas, que têm seus próprios interesses e que poderiam impor-se como barreiras ao espaço ideal de deliberação política.

Muitas das barreiras são as mesmas tanto na vida real como na virtual. Os paradoxos da vida real se reproduzem de maneira adaptada no ambiente virtual, o que faz com que algumas barreiras sejam mais mudanças no processo do que obstáculos intransponíveis. A criação de condições necessárias para o estabelecimento de uma esfera pública virtual são praticamente as mesmas do ambiente real, com algumas novidades impostas pela tecnologia. Mas, no âmago da questão, estão a motivação e a cultura política dos indivíduos.

Não há garantias de que a tecnologia da informação em rede levará a inovações, liberdade e justiça. Esta é uma escolha que encaramos como sociedade. O modo como desenvolvemos irá, de maneira significativa, depender de escolha que faremos na próxima década ou mais, como afirma Benkler (p. 18). O uso que uma sociedade faz das ferramentas disponíveis depende das necessidades de cada comunidade e da maneira como cada grupo se organiza para fazer com que elas, as necessidades, sejam atendidas.

Embora este artigo não tenha se debruçado em nenhum caso específico (geográfico ou temático), é latente ao longo de todo o texto o sentimento de que no Brasil esse potencial da internet como fortificador da democracia participativa seria ainda mais "extraordinário", como ressaltai por meio da fala de Castells na introdução. Isso porque no País há a escassez de espaço de deliberação presencial pública. Apesar de no Brasil a cultura política não ser de deliberação pública, a participação do brasileiro nas redes sociais virtuais é numerosa e intensa, mesmo quando comparada

com países mais desenvolvidos e com maior número de pessoas com acesso à internet. A qualidade, a profundidade e os resultados desta participação é que estão em jogo e que merecem maior atenção por parte dos pesquisadores que desejam se aprofundar no tema.

### **Referências**

**BENKLER, Yochai. The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom. 2006**

**CASTELLS, Manuel. A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.**

**HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: Direito e Democracia: entre facticidade e validade, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997**

**MAIA, Rousiley. Redes Cívicas e Internet – Do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública.**